



PREFEITURA MUNICIPAL
DE CORDEIRÓPOLIS

Mensagem nº 0021/2022.

Cordeirópolis, 11 de janeiro de 2022.

Excelentíssimo Senhor Presidente.

Tem o presente, o objetivo de submeter ao crivo abalizador dessa **Colenda Edilidade**, através de seus exponenciais **Legisladores Municipais**, o incluso Projeto de Lei, dispõe sobre a criação e a regulamentação do sistema de consulta pública no âmbito do Poder Executivo, no município de Cordeirópolis SP.

A Constituição Federal Brasileira (CF) de 1988, com o objetivo de assegurar o regime democrático e participação popular, dá direito ao cidadão conhecer e ter acesso às informações da administração pública – artigo V, parágrafo XXXIII da CF.

É nesse sentido que a Lei do Acesso à Informação, nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, foi criada, justamente para promover e incentivar a transparência nos órgãos públicos, garantindo aos cidadãos o acesso às informações e debates que ocorrem na esfera pública

O que é e como funciona uma consulta pública?

Consulta pública, comentário público ou simplesmente consulta, é um processo regulatório pelo qual se busca a opinião do público sobre questões que os afetam. Seus principais objetivos são melhorar a eficiência, transparência e envolvimento público em projetos de grande escala ou leis e políticas.

Consulta Pública é um mecanismo de transparência que pode ser utilizado pela Administração Pública para obter informações, opiniões e críticas da sociedade a respeito de determinado tema. Esse mecanismo tem como objetivo incentivar a participação da população nas questões de interesse coletivo, ampliar a discussão sobre o assunto e embasar as decisões sobre formulação e definição de políticas públicas.

*Protocolado nº 49/2022
11/01/2022 15:52h*

continua



A consulta pública é um instrumento utilizado para colher contribuições da sociedade sobre os assuntos que dizem respeito ao coletivo. Ou seja, as consultas orientam políticas e ações tomadas pelos órgãos públicos.

Portanto, é dever do Município se certificar que as informações de interesse público sejam disponibilizadas de forma clara, objetiva, de fácil acesso e com uma linguagem entendível para todos os cidadãos.

É nesse contexto que se insere a consulta pública, citada no artigo nono da Lei do Acesso à Informação e que institui o acesso às informações públicas a partir da “realização de audiências ou consultas públicas, incentivo à participação popular ou a outras formas de divulgação”.

Benefícios em realizar a consulta popular

Agora que entendemos o que é e como funciona uma consulta popular, é importante entender os benefícios da sua utilização, que estão relacionados à transparência, promoção da cidadania e do debate político e social.

Quando se tem a população participando da gestão pública um dos maiores benefícios é que os recursos públicos serão aplicados em **demandas necessárias** e pertinentes para uma comunidade.

Ou seja, ouvir o que a população tem a dizer torna a gestão pública mais eficiente, visto que as ações tomadas serão orientadas a partir das solicitações populares.

É igualmente relevante a realização das consultas para que os cidadãos saibam que possam participar da **gestão da cidade**, uma vez que são eles que fazem uso diário do ambiente urbano.

Além disso, uma **gestão transparente** é importante para a administração da cidade, visto que os cidadãos, cada vez mais, entendem a relevância de ter os processos públicos realizados de forma entendível e honesta.

Assim, diante do exposto acima e dada à natureza, a finalidade e o significado da presente proposição de Lei, como visto as consultas públicas são instrumentos que podem ser utilizados pela gestão das cidades para aplicar os recursos em demandas relevantes socialmente

Com o amplo uso da internet é possível que os órgãos públicos abram consultas de forma digital, utilizando até mesmo plataformas disponibilizadas pelo Governo Municipal.

continua



O assunto enfocado foi tratado, de modo a enfeixar, com os cuidados recomendáveis, tão importante e singular matéria, assim, pois, o projeto de Lei por si só, é auto-explicativo.

Senhor Presidente, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, estas são as razões que inspiraram a presente proposição e nos levaram a encaminhar o presente Projeto de Lei à consideração e deliberação dessa honrada **Casa Legislativa**, no qual estou seguro de que os **Nobres Edis** haverão de emprestar o indispensável apoio.

Enunciados, assim, os motivos determinantes de nossa iniciativa, que se reveste de inegável interesse público, solicito que a sua apreciação se de em regime de urgência, na forma regimental desta Casa de Leis.

Certo de que **Vossa Excelência** e demais pares desta Egrégia **Casa de Leis**, saberão aquilatar a importância deste projeto, ficamos no aguardo de sua judiciosa manifestação e aproveitamos a oportunidade para incrustar ao ensejo nossos protestos de consideração e real apreço.

Atenciosamente,



JOSÉ ADINAN ORTOLAN
Prefeito Municipal de Cordeirópolis

Ao
Excelentíssimo Senhor
Vereador Carlos Aparecido Barbosa
M.D. Presidente da Câmara Municipal de Cordeirópolis.



PREFEITURA MUNICIPAL
DE CORDEIRÓPOLIS

Projeto de Lei nº *04 de janeiro de 2022*

Dispõe sobre a criação e a regulamentação do sistema de consulta publica no âmbito do Poder Executivo, no município de Cordeirópolis SP.

O **Prefeito do Município de Cordeirópolis**, Estado de São Paulo usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, **faz saber** que apresentou a judiciosa apreciação da Colenda **Câmara de Veredores de Cordeirópolis** o seguinte Projeto de Lei.

Art. 1º - Fica instituído na **Prefeitura Municipal de Cordeirópolis** o **Sistema de Consulta Publica**.

Art. 2º - A consulta publica tem a finalidade de multiplicar o conhecimento, ouvir os cidadãos e cidadãs do município, a respeito de projetos e temas de interesse relevante para a sociedade, com vistas à ampliação da participação da população.

Parágrafo Único- Entre os temas relevantes está o **PPA - Plano Plurianual**, **LDO (Lei de diretrizes orçamentárias)**, **LOA – Lei do Orçamento Anual** no que se refere aos investimentos e os **ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**;

Art. 3º - A Consulta Pública poderá ser proposta pelo (a) Prefeito (a) Municipal, Vice- Prefeito (a); e Secretarias, sempre com anuência por escrito do (a) Prefeito (a) Municipal.

Art. 4º - A Consulta Pública será formalizada no órgão oficial do Executivo, com prazo não inferior a 10 (dez) dias, devendo as contribuições ser apresentadas conforme dispuser o respectivo ato.

Art. 5º - Podem participar da consulta publica pessoas físicas ou jurídicas interessadas na matéria para a qual foi proposta.

Art. 6º - Os interessados em participar da Consulta Publica poderão fazê-lo analisando a minuta da consulta disponibilizada no site da Prefeitura Municipal de Cordeirópolis SP, www.prefeituracordeiropolis.sp.gov.br.

Art.7º - As contribuições dos participantes sobre o tema proposto devem ser feitas por escrito, mediante preenchimento por escrito do formulário constante da Consulta Publica em tela.

continua



Parágrafo Único – As contribuições dos participantes também serão recebidas pessoalmente na **Secretaria Municipal da Justiça e Cidadania**, no horário do expediente, mediante impressão e preenchimento do formulário disponível no site da Prefeitura no mesmo período em que estiver aberta a consulta publica.

Art. 8º - O participante deverá obrigatoriamente identificar-se preenchendo os campos de identificação apresentadas na consulta publica;

Art. 9º - As contribuições recebidas dos participantes serão registradas e consolidadas em relatório que será disponibilizado no site da prefeitura municipal;

Parágrafo Único – O relatório da Consulta publica também poderá ser consultado pessoalmente na Secretaria Municipal da Justiça e Cidadania no horário de expediente;

Art. 10 - Constará no relatório da Consulta Publica os nomes dos (as) autores (as) das contribuições apresentadas durante o tempo em que ficou aberta;

Parágrafo Único – Não serão divulgados, endereços, telefone/e ou emails dos participantes, permanecendo os mesmos para efeito de registro interno do Poder Executivo.

Art. 11 - O (a) Prefeito (a) nomeará, mediante portaria, comissão encarregada de receber, analisar e apresentar relatório sobre a Consulta Publica.

Art. 12 - Não serão consideradas as respostas que contenham palavras chulas, ofensa a qualquer pessoa e que não estejam de acordo com o tema.

Art. 13 - É obrigatório que o órgão responsável do poder público realize a divulgação do resultado oficial da consulta publica.

Art. 14 – As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento, suplementadas se necessário.

Art. 15 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


Jose Adinan Ortolan
Prefeito Municipal de Cordeirópolis